

CORPOS QUE SABEM, VOZES QUE LUTAM: MULHERES NEGRAS E RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA

BODIES THAT KNOW, VOICES THAT FIGHT: BLACK WOMEN AND COMMUNITY RESISTANCE

Amauri Mendes Pereira¹

Isis Tomas da Silva²

Rosi Marina Rezende³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência do projeto “Café com Mulheres”, desenvolvido em uma comunidade periférica do município da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa busca promover a escuta ativa e a mobilização de mulheres negras, tendo como eixo central a reflexão sobre as intersecções entre violência obstétrica, racismo institucional, maternidade e exclusão territorial. Para tanto, foram realizadas rodas de conversa, compreendidas como espaços de diálogo e fortalecimento coletivo, nos quais emergiram narrativas e estratégias de resistência às opressões cotidianas. A metodologia adotada se baseia em uma perspectiva interseccional, buscando compreender como as múltiplas dimensões da desigualdade se expressam na vida das participantes e de que forma elas produzem práticas de reexistência. O estudo se apoia em autoras negras, como Cida Bento e Patricia Hill Collins, que fundamentam a roda de conversa como uma prática política e comunitária voltada para a construção de vínculos, cuidados e ações coletivas. A partir dos encontros, observou-se a articulação de mulheres em torno de soluções para desafios locais, como a reivindicação do direito ao lazer para as crianças da comunidade e a ampliação do horário de funcionamento da creche para o turno da noite, visando atender mães que desejam retomar os seus estudos. Constatou-se que o projeto, além de fortalecer redes de solidariedade, possibilitou a criação de um espaço de escuta, empoderamento e mobilização comunitária.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Interseccionalidade; Maternidade; Violência Obstétrica; Racismo Institucional.

1 Doutor em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Professor Adjunto - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; E-mail: amauripereira1@uol.com.br; ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4788-5005>.

2 Doutora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; E-mail: isistomas@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2921-2256>.

3 Mestre em Relações Étnico-Raciais - CEFET/RJ; Superintendente de Projetos - Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Paracambi; E-mail: rosi.marina@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9159-5948>.

Abstract: This article presents an experience report of the “Café com Mulheres” project, implemented in a peripheral community in Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. The project aims to foster active listening and mobilization among Black women, addressing the intersections of obstetric violence, institutional racism, motherhood, and territorial exclusion. Structured through conversation circles, the initiative created spaces for dialogue and collective empowerment, where women shared experiences and developed strategies of resistance to structural oppression. The methodological approach draws on intersectional perspectives, seeking to understand how multiple layers of inequality impact participants’ lives and how they build practices of re-existence in response. The study is informed by Black feminist thinkers such as Cida bento e Patricia Hill Collins, who frame the conversation circle as both a political and community-based practice aimed at strengthening bonds, care networks, and collective action. Findings from the meetings highlight the mobilization of women around local demands, including the right to leisure for children and the extension of daycare services to evening hours, enabling mothers to return to formal education. Beyond fostering solidarity, the project created a space for listening, empowerment, and community engagement, illustrating how grassroots initiatives can generate transformative practices in contexts of social vulnerability.

Keywords: Black women; intersectionality; motherhood; obstetric violence; institutional racism.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo se constrói a partir de um relato de experiência vinculado ao projeto “Café com Mulheres”, realizado em uma comunidade periférica na Baixada Fluminense (RJ). Mais do que encontros semestrais, o projeto se consolida como um território simbólico e material de resistência, cuidado e invenção política, onde mulheres negras se reúnem para partilhar dores, esperanças e estratégias.

Os encontros tiveram início em 2022, com a coordenação do Coletivo de Relações Étnico-Raciais do município onde o projeto é realizado. A sua proposta nasce da escuta e da urgência de afirmar a centralidade das experiências negras femininas e tensionar o silenciamento histórico que atravessa os corpos racializados nos espaços urbanos periféricos. As rodas de conversa geralmente são semestrais, com duração de 3 horas, distribuídas entre o momento do acolhimento, com o café oferecido pelo grupo organizador, e a roda de conversa propriamente dita. Os encontros são realizados no Rotary Club local.

Na concepção do projeto “Café com Mulheres”, o corpo não é apenas suporte biológico, mas território político e arquivo de memórias, violências e resistências. Como nos ensina Mbembe (2018), a vida dos corpos negros é regulada por uma necropolítica que seleciona quem deve viver e quem pode morrer. No caso das mulheres negras, como argumenta Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (1997), a organização colonial e patriarcal da sociedade ocidental impõe uma leitura hierarquizante dos seus corpos, desumanizando a sua presença e instrumentalizando a sua existência. Ao afirmar o corpo como lugar de escuta e de insurgência, o projeto se coloca frontalmente contra as estruturas que invisibilizam e desautorizam as vozes dessas mulheres.

Nas rodas de conversa (inspiradas por metodologias de base comunitária e por uma ética do cuidado ancestral), são mobilizados afetos, memórias e saberes invisibilizados pelas lógicas hegemônicas. Como apontam Moura e Lima (2014), é no gesto de escutar que se abre a possibilidade de transformar o comum. Ali, as falas não são tomadas como depoimentos isolados, mas como expressões políticas de existência, sobrevivência e reinvenção. Cada encontro se constitui como um espaço-tempo de rearticulação coletiva, onde a escuta atenta desestabiliza hierarquias e reinstala vínculos entre mulheres marcadas pela precarização da vida.

A experiência do “Café com Mulheres” transcende a mera denúncia das ausências estruturais do Estado; configura-se, essencialmente, como uma proposta de pedagogia freiriana, que se entrelaça com a leitura crítica do

mundo e a transformação das realidades concretas. Em consonância com o pensamento de Paulo Freire (1983), essa pedagogia não se limita à simples transmissão de conteúdos, mas é um processo dialógico, em que o ato de ensinar e aprender se dá na articulação entre os saberes dos sujeitos e suas realidades.

Nesse sentido, a presença que ali se constrói não é apenas física, mas simbólica e transformadora, manifestando-se nos gestos cotidianos de cuidado — seja no zelo com a alimentação oferecida, no acolhimento das crianças ou na mediação entre as mulheres e os serviços públicos. Esses gestos, aparentemente simples, disputam e reconfiguram os sentidos de política, maternidade e comunidade, ao projetar uma nova concepção de participação e pertencimento.

No entrelaçamento dessas práticas, emergem, com potência, questões fundamentais como a violência obstétrica, o racismo institucional, a ausência de políticas públicas de empregabilidade e os efeitos devastadores da violência armada na vida das mulheres. Trata-se, portanto, de uma prática situada que tensiona o presente e vislumbra futuros possíveis.

O projeto é conduzido pelo Coletivo de Relações Étnico-Raciais (CRER) e recebe uma série de convidados para atender as demandas que surgem ao longo do debate nas rodas de conversa, de forma que cada encontro constitui o planejamento do próximo encontro. Embora a periodicidade seja semestral, podem ocorrer encontros extraordinários com o objetivo de trazer respostas e encaminhamentos às demandas.

É importante ressaltar que o projeto surge em um contexto marcado pelos efeitos devastadores da pandemia de Covid-19 nas periferias e pelo aprofundamento das desigualdades raciais e sociais. A sua criação é uma resposta coletiva à urgência de rearticular as agendas antirracistas no município, diante do esvaziamento de políticas públicas voltadas à equidade racial e da negligência na implementação da Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, não sendo, porém, esta responsabilidade somente das instituições de educação formal.

Formado por educadoras(es), gestoras(es), assistentes sociais, terapeutas, trabalhadoras da beleza, costureiras e mães, o CRER atua com base na escuta sensível e na articulação territorial. O “Café com Mulheres” surge como uma das expressões mais potentes desse trabalho, afirmando que, mesmo nos territórios mais negligenciados, as mulheres negras seguem sendo autoras de estratégias de cuidado e transformação.

Ao apostar no saber produzido pela vivência, o projeto reafirma que toda mulher é portadora de história e potência, e que o comum pode ser forjado nas margens a partir de redes de solidariedade e enfrentamento.

1 Metodologia

Este estudo apresenta um relato de experiência construído em diálogo com o referencial teórico, de modo a articular as dimensões empírica e analítica do processo investigativo. A pesquisa foi desenvolvida com base em procedimentos metodológicos próprios da abordagem qualitativa, entendida como aquela que busca captar a complexidade dos fenômenos sociais a partir do contato direto com os sujeitos e contextos investigados. Como destacam Bogdan e Biklen (1982, apud Lüdke; André, 1986, p. 13), “a pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

A observação foi adotada como técnica principal, por permitir a apreensão das experiências, interações e narrativas emergentes durante as rodas de conversa. Vianna (2003, p. 12) sublinha que “a observação é uma das mais importantes fontes de informações em pesquisas qualitativas”, sendo um recurso indispensável para compreender a dinâmica social e simbólica dos grupos investigados.

Como dispositivo central de coleta de dados, utilizou-se a roda de conversa, concebida como uma estratégia político-metodológica que desafia hierarquias tradicionais na produção de conhecimento. Moura e Lima (2013) apontam que a roda de conversa possibilita a construção de saberes a partir de um espaço horizontal, no qual pesquisadoras e participantes compartilham experiências, dialogam e refletem coletivamente. Para complementar, recorreu-se à observação participante, com atenção especial às dinâmicas, silêncios e gestos que emergiram ao longo dos três encontros do projeto, realizados entre 2022 e 2023. Augusto et al. (2013) reforçam a relevância dessa observação minuciosa para captar as nuances e a complexidade das relações sociais.

Com o intuito de resguardar a identidade das participantes, optou-se por omitir o nome da comunidade e do município.

2 Interseccionalidade como compromisso ético-político

A adoção de uma perspectiva interseccional como base para a análise e a intervenção no projeto “Café com Mulheres” não é apenas uma escolha epistemológica, mas um posicionamento ético-político diante da complexidade das vidas das mulheres negras periféricas. A interseccionalidade, como formulada por Kimberlé Crenshaw (1989), propõe uma leitura entrelaçada das opressões, demonstrando que raça, gênero, classe, sexualidade e território não operam de forma isolada, mas articulam sistemas de dominação que se atualizam e se reproduzem nos cotidianos das populações subalternizadas.

Patricia Hill Collins (2019) reforça que essa abordagem permite compreender como os saberes, corpos e experiências das mulheres negras são sistematicamente desautorizados pelas estruturas que definem quem pode falar e quem deve calar. Trata-se de um campo de análise que desestabiliza os universalismos e aponta para a necessidade de um conhecimento situado, atravessado pela história, pelo afeto e pelo conflito.

Na prática, isso significa que não é possível discutir evasão escolar sem considerar os marcadores de raça e maternidade, não se pode abordar violência obstétrica sem reconhecer o histórico de desumanização dos corpos negros nas instituições de saúde, tampouco é possível pensar políticas de cuidado sem visibilizar o trabalho reprodutivo, invisibilizado e desigualmente atribuído às mulheres negras.

Como afirma Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade é ferramenta de denúncia, método de leitura e práxis de enfrentamento — e, como tal, deve ser manejada com radicalidade, não como fórmula vazia ou dispositivo retórico.

Nesse sentido, o projeto “Café com Mulheres” assume a interseccionalidade como método de aproximação sensível com a realidade das participantes, mas também como instrumento de denúncia dos mecanismos de exclusão que operam em Paracambi e em tantos outros territórios periféricos. Ao escutar uma mulher negra, mãe, trabalhadora informal, moradora de uma comunidade marcada pela ausência de políticas públicas, o projeto compreende que essas identidades não são adjetivos, mas estruturas que moldam possibilidades de existência.

Essa escuta, entretanto, não se dá no vazio. Como alerta Cida Bento (2022), no livro *O pacto da branquitude*, a manutenção do racismo no Brasil depende de uma aliança silenciosa e persistente entre os grupos que se beneficiam da ordem racial vigente. Esse pacto opera por meio da naturalização

das desigualdades e da recusa em partilhar privilégios — inclusive nos espaços institucionais e decisórios. Quando o projeto promove rodas de conversa com mulheres negras e busca a parceria com as secretarias municipais, a partir das demandas existentes (saúde, educação, violência familiar), ele rompe, ainda que parcialmente, com esse pacto silencioso que mantém a branquitude como centro da norma, da neutralidade e da legitimidade.

Adotar a interseccionalidade como lente e como prática, portanto, é mais do que um compromisso metodológico: é um gesto político que confronta os pilares do pacto da branquitude e reafirma que o saber também se constrói nas margens, entre mães, cuidadoras, educadoras populares e mulheres que se recusam a ser silenciadas.

3 Contexto socioterritorial

Para compreender a complexidade e a importância do projeto “Café com Mulheres”, é necessário situá-lo em seu contexto socioterritorial. Trata-se de um município localizado na Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, que historicamente sofre com processos de negligência estatal, desigualdade socioeconômica e exclusão territorial.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui uma população de aproximadamente 41.375 pessoas, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,720 — considerado médio, mas com fortes disparidades internas.

A comunidade onde se desenvolve o projeto é reconhecida pelos próprios moradores como uma das áreas mais vulnerabilizadas do município. É marcada por altos índices de informalidade no trabalho, dificuldade de acesso a serviços públicos e condições precárias de infraestrutura urbana.

Dados do Censo de 2010, utilizados ainda para políticas públicas locais por ausência de atualização territorializada, indicam que mais de 30% dos domicílios da região não têm acesso adequado à coleta de esgoto e 18% não possuem pavimentação regular. A maior parte da população é negra e feminina, o que evidencia a interseccionalidade entre raça, gênero e território.

Em relação à educação, o município enfrenta desafios históricos quanto à permanência escolar, principalmente no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Censo Escolar (INEP, 2021) aponta uma taxa de abandono de 9,3% no Ensino Médio, sendo maior entre jovens do sexo feminino com filhos, realidade bastante presente entre as participantes do projeto. Não temos dados quantitativos quanto à frequência das mulheres

ao Ensino de Jovens e Adultos, mas nas rodas de conversa são constantes as queixas sobre as dificuldades ao seu acesso, seja pela falta de rede de apoio noturna ou pela violência urbana.

O município possui duas creches municipais, que atendem crianças de 2 a 5 anos; a oferta de vagas é complementada por algumas unidades de ensino regular. A ausência de políticas públicas que oferecem alternativas de atendimento em horários noturnos ou flexíveis também impedem que essas mulheres conciliem trabalho e estudo.

Do ponto de vista econômico, o município tem um perfil de cidade dormitório, com grande parte da população se deslocando diariamente para outros centros urbanos em busca de trabalho. De acordo com a PNAD Contínua (IBGE, 2021), cerca de 62% da população economicamente ativa está inserida em atividades informais ou de baixa remuneração, com rendimentos médios que giram em torno de um salário-mínimo. A presença de mulheres negras em ocupações precarizadas, especialmente no setor de serviços e cuidado, é predominante.

A comunidade, portanto, representa um microcosmo das contradições estruturais do Brasil urbano periférico. Ao se inserir nesse espaço, o projeto “Café com Mulheres” auxilia na reflexão e busca de estratégias que possam encaminhar as demandas locais, uma prática de afirmação da vida em territórios marcados pela exclusão. Esse cenário torna ainda mais relevante a escuta qualificada, a criação de redes de apoio a partir da parceria com instituições públicas e privadas para a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração, distribuição de cesta básica, campanhas de agasalhos etc.

4 Discussão

O primeiro encontro, realizado em março de 2022, foi marcado por um ambiente de acolhimento e escuta ativa, pensado para que as mulheres pudessem compartilhar narrativas pessoais, inquietações e demandas vinculadas à vida cotidiana da comunidade. O espaço do Rotary Club, cuidadosamente organizado, tornou-se um cenário simbólico de diálogo, onde cadeiras dispostas em círculo buscavam quebrar hierarquias e aproximar pesquisadoras, participantes e integrantes do coletivo CRER – grupo formado por homens e mulheres comprometidos com a iniciativa.

A roda de conversa constituiu a dinâmica central do encontro. Mais do que uma simples troca de palavras, a atividade assumiu um caráter performativo, permitindo que as vozes se encontrassem no entrelaçamento de memórias e experiências. As participantes foram provocadas a refletir sobre frases

rotineiramente naturalizadas, muitas delas marcadas por um imaginário machista que deslegitima o desejo e a autonomia feminina. Observaram-se gestos, silêncios, expressões faciais e pequenos sinais de concordância ou incômodo, compondo uma narrativa coletiva que ultrapassava o discurso verbal.

A partir da dinâmica proposta, as participantes compartilharam vivências marcadas por críticas à ausência de diálogo do poder público com a comunidade e às falhas na prestação de serviços e assistência. Uma das falas que gerou maior mobilização do grupo foi a de uma moradora que afirmou: “*o lazer da comunidade virou uma vitrine e meus filhos não têm mais a liberdade de brincar*”. O comentário fazia referência aos brinquedos que antes atendiam as crianças na própria comunidade e que foram transferidos para uma praça construída pelo governo municipal às margens de uma rodovia estadual — um local de alta visibilidade, mas de risco significativo para as crianças.

Outros relatos trouxeram à tona questões como violência obstétrica, violência doméstica, gravidez na adolescência e o desejo de retorno aos estudos. Esses temas emergiram de forma densa, acompanhados de silêncios, pausas e gestos que indicavam tanto indignação quanto um desejo coletivo de transformação. As reflexões e debates produzidos nesse primeiro encontro serviram como base para a construção do próximo, ampliando, assim, o sentido de continuidade e de ação coletiva.

No segundo encontro, houve a presença de representantes da Secretaria de Educação, que dialogaram com as participantes sobre o período de matrículas no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), buscando incentivá-las ao retorno da formação escolar. A Coordenadora da Saúde da Mulher, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, esteve presente para ouvir as demandas do grupo e oferecer orientações voltadas aos cuidados com a saúde, bem como à prevenção da gravidez precoce e de infecções sexualmente transmissíveis, como HIV/AIDS. Também participou do encontro uma representante da Delegacia da Mulher, que abordou questões relativas à violência doméstica, proporcionando um espaço de escuta e informação sobre os mecanismos de denúncia e proteção.

Após essa etapa, outros encontros foram realizados, mantendo como eixo central a escuta ativa, as dinâmicas de interação e as rodas de conversa. O foco dessas atividades era o fortalecimento da autoestima das participantes e a reflexão crítica sobre questões que atravessam o cotidiano da comunidade, possibilitando um espaço de diálogo horizontal e construção coletiva de saberes.

Os encontros promovidos pelo projeto “Café com Mulheres” revelaram a força das rodas de conversa como espaços de escuta, pertencimento e reflexão coletiva. Esses momentos não se limitaram apenas ao relato das violências que atravessam a vida das mulheres negras, mas também celebraram as vitórias, conquistas e formas de resistência presentes no cotidiano dessas mulheres. Além disso, os encontros também geraram planos de ação concretos, fortaleceram laços comunitários e desafiaram as formas tradicionais de produção do saber, colocando a mulher negra como sujeito ativo e protagonista de sua própria história.

Ao nos debruçarmos sobre as rodas realizadas entre 2022 e 2023, foi possível identificar, dentro da diversidade de narrativas que emergiram, como essas experiências — embora singulares — compõem um diagnóstico coletivo das estruturas que sustentam a desigualdade racial e de gênero nos territórios periféricos. As falas das participantes evidenciaram não apenas os impactos concretos das desigualdades vividas, mas também as estratégias cotidianas que desenvolvem para resistir e reconstruir as suas trajetórias. Essas estratégias incluem a criação de redes de apoio entre vizinhas e familiares, a busca por informação e serviços públicos, a organização comunitária para reivindicar direitos e o fortalecimento de espaços coletivos de fala.

Nessas partilhas, emergiram narrativas que articulam os desafios impostos pela ausência do Estado na sobrecarga do cuidado cotidiano da vida, revelando como o trabalho reprodutivo — historicamente atribuído às mulheres negras — permanece sendo central para a manutenção das estruturas sociais e econômicas. O que se escuta nas rodas de conversa não é apenas a denúncia das violências materiais, mas a exposição de um sistema que se alimenta da exaustão de mulheres racializadas, cujas jornadas de cuidado permanecem invisibilizadas e desvalorizadas.

Aqui, o trabalho reprodutivo — historicamente naturalizado — aparece como um dos eixos centrais das desigualdades, revelando aquilo que Silvia Federici (2017) já denunciava: sem a exploração do trabalho doméstico e da reprodução social, o capitalismo não se sustenta.

A gente acorda cedo pra fazer café, cuidar da casa, botar menino na escola, correr atrás de consulta, cuidar de parente doente... E quando a gente vai procurar emprego, ouvem a nossa história e já acham que a gente é problema. Dizem que mulher com filho pequeno falta muito, que não vai ter quem fique com a criança. Mas ninguém pergunta quem é que segura essa casa todo dia. Se a gente parar, todo mundo desmorona. Só que, pra eles, nosso trabalho dentro de casa não vale nada. (Anônima, 2024).

As falas que atravessaram os encontros reiteram também a crítica formulada por Patrícia Hill Collins (2019), ao apontar que as mulheres negras são sistematicamente colocadas nos lugares mais vulneráveis da hierarquia social, tendo seus saberes e experiências ignorados ou subalternizados. Esse padrão ficou evidente no relato compartilhado na roda de conversa, como descreveu outra participante:

A gente sabe muita coisa, mas parece que o que a gente fala nunca vale. Já fui em reunião na escola do meu filho, tentei falar sobre a dificuldade que ele tava passando, mas ninguém me ouviu. Só começaram a prestar atenção quando veio uma assistente social branca repetir o que eu já tinha dito. É como se a nossa palavra precisasse ser traduzida pra valer alguma coisa. A gente fala, luta, grita, mas parece que ninguém escuta. A gente é tratada como se não soubesse de nada, mesmo sendo a gente que carrega tudo nas costas. (Anônima, 2024).

Testemunhos como esses evidenciam como o racismo epistêmico (a desvalorização sistemática dos saberes produzidos pelas mulheres negras) segue também como um eixo nas dinâmicas de poder que se estabelecem nos territórios periféricos. Não se trata apenas de uma ausência simbólica, mas de um silenciamento contínuo, que não permite que as mulheres negras sejam reconhecidas como produtoras legítimas de conhecimento sobre as suas próprias vidas.

Essa invisibilização, presente nas falas das participantes, reafirma as críticas de Lélia Gonzalez (1982) ao apontar a construção da inferiorização da identidade negra no Brasil como uma componente fundamental da “neurose cultural”, estruturada na ideologia do branqueamento e no mito da democracia racial. Para Gonzalez (1982), o racismo não é apenas uma construção ideológica, mas também uma prática perpetuada e reforçada, especialmente após a abolição da escravatura, com a finalidade de beneficiar grupos que se utilizam dessa construção para consolidar seu poder. Esse racismo, portanto, não se apresenta apenas como uma violência física, mas como um processo de subordinação cultural e simbólica.

Nesse contexto, a luta por reconhecimento não é uma demanda abstrata ou distante, mas uma resistência cotidiana pela legitimação das experiências dessas mulheres, pela valorização da palavra e pela garantia de que seus saberes, adquiridos por meio do corpo e da vivência periférica, sejam escutados. A noção de “lugar natural do negro”, que Gonzalez (1982) articula, encontra eco na análise do território periférico onde se desenvolve o projeto “Café com Mulheres”. Como descreve, “da senzala às favelas, cortiços, porões,

invasões, alagados e conjuntos habitacionais [...] o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço” (Gonzalez, 1982, p. 15).

Quando mulheres negras oriundas das periferias acessam espaços historicamente reservados às elites, como universidades, centros culturais ou bairros centrais da cidade, são frequentemente recebidas por olhares de estranhamento e desconfiança, que reafirmam a lógica da exclusão. Esses olhares, ainda que silenciosos, funcionam como mecanismos de vigilância, reforçando a sensação de não pertencimento e de deslocamento. A cidade, nesse sentido, não é apenas dividida geograficamente, mas também marcada por fronteiras subjetivas que delimitam quem pode circular livremente e quem precisa justificar a sua presença.

Outras falas das participantes nas rodas de conversa também evidenciaram como essa experiência de exclusão se intensifica na vivência da maternidade negra. Em um país onde a violência contra corpos negros é uma realidade cotidiana, com o assassinato de um jovem negro a cada 23 minutos (IPEA, 2019), ser mãe negra e periférica significa lidar cotidianamente com o medo e a responsabilização social. A maternidade negra é frequentemente estigmatizada como uma ameaça à ordem social, percebida, não como um espaço de cuidado e afeto, mas como um “berço da criminalidade”. Como discutem Araújo, Souza e Silva (2021), a mulher negra e pobre é representada como “fazedora de bandidos”, carregando, sozinha, o peso da violência urbana, numa lógica que criminaliza as suas existências.

Esse imaginário racista, por sua vez, é alimentado por discursos públicos e oficiais. Em 2018, por exemplo, o então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que “casa de mãe solteira é fábrica de desajustados”, reiterando estigmas que deslegitimam a maternidade de mulheres negras e pobres. Tais discursos se ancoram em construções racistas de longa duração, como o mito do “homem negro bandido”, formulado por teóricos do racismo científico, como Nina Rodrigues no século XIX. Essas representações, longe de serem superadas, continuam a atravessar as instituições, os olhares e as práticas sociais, reforçando a vigilância permanente sobre os corpos negros e naturalizando a exclusão e a violência que recaem sobre eles.

Nesse cenário, o “Café com Mulheres” se apresenta não apenas como um espaço de escuta e fortalecimento, mas como uma prática política de desnaturalização das opressões que atravessam a vida das mulheres negras. Ao dar voz às mulheres da comunidade, o projeto permite que essas experiências de violência sejam nomeadas, visibilizando as condições de precarização e negligência institucional que as atravessam.

Além das denúncias de exclusão, negligência e violência institucional, o projeto “Café com Mulheres” também é marcado por uma série de experiências positivas que refletem o poder da escuta, do fortalecimento e da transformação pessoal e coletiva. Um dos aspectos mais poderosos dessas rodas de conversa, cabe dizer, tem sido o impacto na saúde e no bem-estar das participantes. Mais do que discutir as dificuldades enfrentadas no acesso ao cuidado, as mulheres têm sido orientadas sobre os seus direitos à saúde integral e à justiça reprodutiva. A partir da troca de experiências e do apoio mútuo, muitas mulheres passaram a compreender melhor os cuidados com os seus corpos e a importância da prevenção, não só em relação à saúde física, mas também à mental e emocional.

A conscientização sobre a violência obstétrica e o racismo institucional nos serviços de saúde se tornaram temas recorrentes nas rodas, permitindo que as participantes se empoderassem em relação aos seus direitos básicos, e ao cuidado de si mesmas e de suas famílias.

Outro ponto positivo do projeto é o impacto direto na educação. Muitas mulheres, que por diversas razões haviam interrompido os seus estudos ao longo da vida, encontraram nas rodas de conversa o incentivo e a força para retomar a sua trajetória escolar e acadêmica. Algumas decidiram voltar à escola para concluir o ensino médio, enquanto outras se matricularam em cursos profissionalizantes. A revalorização do conhecimento e da experiência vivida também se reflete em histórias de superação e empoderamento. O projeto tem sido um verdadeiro catalisador de mudanças, ajudando as mulheres a se reconectarem com as suas identidades, os seus direitos e a sua capacidade de transformação. Muitas relataram que o simples fato de serem ouvidas e respeitadas em um espaço dedicado a elas foi fundamental para que começassem a acreditar em seu próprio potencial.

Em suma, o “Café com Mulheres” se mostra um projeto que vai além de um espaço de denúncia; ele é também um ambiente de ação, fortalecimento e transformação. Através do empoderamento das mulheres, da promoção da saúde, da educação e da justiça reprodutiva, o projeto contribui para a construção de uma nova realidade, onde as mulheres negras têm o direito de serem ouvidas, respeitadas e reconhecidas como protagonistas da mudança em suas vidas e comunidades.

Considerações finais

Mesmo em seus estágios iniciais, o projeto “Café com Mulheres” tem se mostrado uma potente tecnologia social de escuta, pertencimento e mobilização coletiva. Mais do que resultados pontuais, os encontros revelam transformações subjetivas, políticas e comunitárias, ainda que silenciosas, porém profundamente significativas. As mulheres relatam aumento da autoestima, da confiança em suas vozes, maior conhecimento sobre os seus direitos e o desejo renovado de garantir o acesso de suas filhas e dos seus filhos à escola, ao cuidado e à proteção. Esses efeitos, embora imateriais, dizem muito sobre os deslocamentos produzidos quando se aposta na escuta como prática política e nas mulheres negras como sujeitas epistêmicas de sua própria história.

O “Café com Mulheres” também evidencia a urgência de políticas públicas que considerem a complexidade da vida nas periferias, onde maternidade, trabalho, escolarização e sobrevivência se entrecruzam. O projeto mostra que é possível transformar o cotidiano com base em vínculos solidários, partilhas honestas e reconhecimento mútuo — elementos que raramente compõem a lógica institucional. Como aponta Lélia Gonzalez (1988), não se trata apenas de garantir direitos formais, mas de transformar as estruturas que sustentam a subalternização das mulheres negras. A luta é pelo direito de existir com dignidade, de ser escutada, acolhida e respeitada em sua totalidade.

Essa experiência também provoca a própria universidade e os espaços acadêmicos a repensarem os seus compromissos: com quem se constrói conhecimento? Para quem escrevemos? De onde falamos? Ao trazer este relato para a produção científica, buscamos afirmar que práticas como o “Café com Mulheres” não são meras ações assistenciais, mas epistemologias encarnadas, experiências que produzem teoria a partir do vivido, do território e do afeto. É preciso seguir tensionando as fronteiras entre ciência e vida, e reconhecendo nas experiências das mulheres negras periféricas não apenas sujeitos de pesquisa, mas produtoras de mundo.

Por fim, o projeto segue em curso, ampliando parcerias e redes, mesmo diante dos desafios de financiamento, continuidade e institucionalização. O seu maior legado, até aqui, talvez seja justamente a reafirmação de que resistir não é um ato isolado, mas uma escolha coletiva de cuidar, insistir e reinventar possibilidades no meio da escassez. O “Café com Mulheres” segue sendo roda que gira — gira porque pulsa, gira porque não aceita calar.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Verônica Souza de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; SILVA, Vera Lucia Marques da. “Eles vão certeiros nos nossos filhos”: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 8, e00119920, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00119920>. Acesso em: 12 de mai. de 2025.

AUGUSTO, Cleiclei Albuquerque; SOUZA, José Paulo de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745–764, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ>. Acesso em: 13 de mai. de 2025.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 14 de mai. de 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2017.

FIOCRUZ. **Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONZALEZ, Lélia. Lugar de negro. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-083336haraway.pdf>. Acesso em: 13 de mai. de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades@ Paracambi – RJ**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de mai. de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**: Paracambi-RJ. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de mai. de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/>. Acesso em: 14 maio 2025.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA/FBSP, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: **abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAPA DA VIOLÊNCIA. **Homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília: CEBELA/FLACSO, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, A. F.; LIMA, M. A. A reinvenção da roda: Roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 98-106, 2014.

MOURÃO, Hamilton. Casa de mãe solteira é “fábrica de desajustados”, diz Mourão. **UOL Notícias**, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com>.

br/politica/ultimas-noticias/2018/11/07/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-desajustados-diz-mourao.htm. Acesso em: 14 de mai. de 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. **A pesquisa participante.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

VIANNA, H. Pesquisa em educação: **a observação.** Brasília: Plano, 2003.

Recebido em maio de 2025.

Aprovado em novembro de 2025.